



FEMINISMO E RELIGIÃO: UMA IMBRICAÇÃO NECESSÁRIA

Myriam Aldana Vargas*

RESUMO

Religião e feminismo se entrecruzam na produção teórica e na militância de feministas e, sobretudo, de feministas na religião. Uma produção de referência, neste cenário é o artigo: “De mulheres e de deuses” de Maria José F. Rosado Nunes. Este ensaio, através do estudo desta obra, objetivou destacar o caráter sagrado do patriarcado, através das obras trabalhadas pela autora do artigo, destacando também a importância das análises apresentadas como uma estratégia para identificar formas de opressão das mulheres e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Religião; feminismo; patriarcado; gênero.

FEMINISM AND RELIGION: A NECESSARY IMBRICATION

ABSTRACT

Religion and Feminism are intertwined in the theoretical production and in the militancy of feminists and, above all, feminists in religion. A reference production in this scenario is the article: “Of women and gods” by Maria José F. Rosado Nunes. This essay, through the study of this work, aimed to highlight the sacred character of patriarchy, through the works worked by the author of the article, also highlighting the importance of the analyzes presented as a strategy to identify forms of oppression of women and society as a whole.

Keywords: Religion; feminism; patriarchate; gender.

* Possui Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo; Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Integra o Conselho Editorial do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC e o Conselho Consultivo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

FEMINISMO Y RELIGIÓN: UNA IMBRICACIÓN NECESARIA

RESUMEN

Religión y feminismo se entrelazan en la producción teórica y en la militancia de feministas y sobre todo feministas en religión. Una producción de referencia en este escenario es el artículo: “De mujeres y dioses” de Maria José F. Rosado Nunes. Este ensayo, a través del estudio de este trabajo, tuvo como objetivo resaltar el carácter sagrado del patriarcado, a través de las construcciones trabajados por la autora del artículo, resaltando también la importancia de los análisis presentados como estrategia para identificar formas de opresión de las mujeres y la sociedad en su conjunto.

Palabras clave: Religión; feminismo; patriarcado; género.

INTRODUÇÃO

Nos anos 90 no Brasil, se começava a falava de teologia feminista, ainda enquanto a teologia da libertação estava em seu auge. Ao mesmo tempo, a categoria *gênero* irrompia neste cenário, igualmente em nível internacional, nas conferências das Nações Unidas. Esta categoria passou a ocupar lugar nos documentos oficiais da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing 1995, onde se recomendava, para a comunidade internacional, a incorporação da perspectiva de gênero nas suas diversas instituições. Ao mesmo tempo, a chamada *ideologia de gênero* estava sendo inventada, principalmente em espaços religiosos, como na Conferência de Bispos de Peru¹. Esta noção, que se pretende sinônimo de gênero, foi criada para combater as rupturas epistêmicas que essa categoria representava para o conhecimento científico, para explicar as desigualdades sociais, mas principalmente, devido ao grande perigo que representava: atingir as bases fundantes do patriarcado.

Aparece também, nos anos 90, em São Paulo, Maria Jose F. Rosado Nunes uma pioneira que, com seu pensamento crítico e sua clareza política, traz reflexões ímpares para todo este debate. Difícil analisar ou trazer aqui sua obra, tão vasta, e mais ainda, quando cada artigo,

¹ Na conferência Episcopal do Peru, em 1997, o livro da Comissão ad-hoc da Mulher, para servir de base nos assuntos pastorais, se chamava: *La ideología de género: sus peligros y alcances* de Dale O’Leary (1997). O documento do episcopado foi reeditado em 2016, pouco antes de campanha “*Con mis hijos no te metas*” no Peru.

capítulo de livro ou livro é tão profundo e desbordante de análises e questionamentos para a produção de conhecimento em geral, mas especificamente para o campo da sociologia da religião, dentre outros. Esta afirmação advém dos meses que fiquei lendo e relendo seus escritos, com a finalidade de produzir algum texto em diálogo com esta pensadora. Então, querendo colocar, neste pequeno ensaio algumas das suas análises, tive que fazer uma escolha, optando por intentar dialogar com um artigo que considero chave quando vamos a analisar temas como gênero, feminismo, teologia feminista, gênero e religião e as relações entre gênero e *ideologia de gênero*. Trata-se de um artigo inaugural.

No Brasil, existem muitas revistas que tem facilitado a produção e divulgação do pensamento feminista. Uma delas é a revista de *Estudos Feminista* que desde o ano 1992 até o presente, com uma média de três volumes por ano, tem trazido a possibilidade de acompanhar, a nível nacional e internacional, insumos necessários para o acompanhamento e produção das teorias feministas. O primeiro volume desta revista traz temas centrais das pautas feministas, tais como a legalização e descriminalização do aborto, o feminismo contemporâneo, categorias de gênero, raça e geração, na produção de sujeitos políticos, dentre outras, e também apresenta análises da conjuntura internacional com a perspectiva feminista, nesta ocasião o Dossiê Mulher e Meio ambiente, época da ECO 92. Mas o artigo que abre este número Zero inaugural é “De Mulheres e de Deuses”, de autoria de Maria José F. Rosado Nunes, nossa querida presidenta de Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) do Brasil e a primeira mulher católica a ocupar, como professora titular, a Cátedra Feminista no Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo (SP).

Conhecer Maria José F. Rosado Nunes, a querida Zeca, reputada assim, pelo seu apelido, que representa sua simplicidade, sua maneira de chegar e acolher, sua forma de escutar e comunicar seu pensamento, pode ser considerado uma fortuna. Eu tive a sorte de conhecê-la no ano de 1983, quando estava fazendo o curso para lideranças cristãs de América Latina no Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). Zeca formava parte do *staff* que assessorava e participava deste projeto. No entanto, foi no ano de 1990 que

tive a possibilidade de tê-la como orientadora da minha dissertação de mestrado, mas realmente, foi nesse processo que nossa amizade foi se construindo e até hoje. A cumplicidade, ligação, carinho e admiração permanecem.

No meu retorno ao Brasil, após ter vivido 6 anos na Nicarágua, participando da tentativa de reconstrução daquele país depois de seu triunfo revolucionário em 1979, entrei na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (SP) para fazer o mestrado em sociologia da religião. Foi quando tive meu primeiro conflito teórico com a Zeca: ela querendo me convencer de utilizar a tal categoria de gênero para analisar a Revolução Nicaraguense e eu aceitei, mas sem compreender o significado desta categoria, pois tinha como mais importante a análise de classe, muito embora eu quisesse analisar os conflitos dos interesses das mulheres e dos interesses da revolução e ainda mais, como estes se modificavam, quando os interesses da Igreja Católica entravam em jogo, particularmente no relativo à vida reprodutiva das mulheres. Me perguntava se esta categoria, nova para mim, mesmo que advinda das teorias feministas, seria suficiente para analisar esse processo revolucionário. Mas nas aulas de nosso mestrado, na cátedra feminista e em diversos espaços de militância e da criação da revista Mandrágora, tivemos a oportunidade de aprofundar, estudar e debater a categoria de gênero, articulada com classe, raça e etnia. Este processo de 4 anos, de grande enriquecimento teórico metodológico e particularmente a possibilidade de mergulhar na categoria de gênero, constituíram as bases que me orientaram para minha inserção no mundo acadêmico do Brasil, e desenharam os marcos de referência para as decisões a serem tomadas nas diferentes conjunturas sobre minha vida familiar, de trabalho, enfim, foi a perspectiva de um olhar mais crítico e de maior sentido para minha existência.

O artigo da Zeca, “De mulheres e Deuses”, tem uma grande atualidade. Poder-se-ia dizer que as análises ali apresentadas, têm uma vigência importante para pesquisar as relações entre gênero e religião. O conteúdo deste texto sempre me inspirou, em diversos momentos de meus trabalhos acadêmicos. Rer algumas partes dele me encorajou para ter clareza nos argumentos a serem utilizados em debates públicos.

Para quem trabalha com temas ligados a religião, feminismo, teologia, gênero e sexualidade, recomendo seu estudo por este apresentar chaves hermenêuticas e metodológicas que enriquecem nossas pesquisas e estudos dessas áreas. Não pretendo fazer uma exegese, ou resenha do artigo em menção. Unicamente, utilizarei partes dele, destacando sua atualidade, para considerar aspectos relevantes e necessários quando se pensa na relação entre feminismo e religião. Estas partes selecionadas aparecerão em itálico. Fica esta provocação para reler este artigo, tão enriquecedor e que, com seus questionamentos, traz luz para as análises das conjunturas que vivemos hoje, particularmente frente ao embate político entre gênero e religião.

Neste artigo, Zeca trabalha três blocos entrelaçados, mas com focos específicos. No primeiro, denominado “Mulheres, divindade, criação e culpa”, analisa duas obras: *Em memória dela*, da Elisabeth Schussier Fiorenza, na edição francesa em 1986: *En mémoire d'elle - Essai de reconstruction des origens chrétiennes selon la théologie féministe*; e a outra, da Elaine Pagels, traduzida do inglês, de 1988: *Adão, Eva e a Serpente*. O segundo se chama “As origens de uma Teologia feminista: a palavra de Deus na boca das mulheres”, e o terceiro, “O que fizemos de nossa herança ou a voz das mulheres na teologia latino-americana”.

Talvez, um dos objetivos do artigo de Zeca, em minha interpretação, poderia ser a demonstração de como os fundamentos de uma teologia que se denomine feminista, necessariamente, tem que atingir as bases do patriarcado. Relendo este artigo, me fascinei ao compreender o caráter religioso do patriarcado, o que me levou a refletir sobre a imbricação entre feminismo e religião para sinalizar, ainda mais, o desafio de diálogos permanentes entre estas duas áreas do conhecimento, com a perspectiva de cada vez mais, identificar as conexões entre as diferentes formas de opressão. Pretendo fazer esta reflexão, trazendo partes deste clássico artigo da Zeca.

O CARÁTER RELIGIOSO DO PATRIARCADO

O feminismo pode ser entendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres, ao mesmo tempo, uma teoria e um movimento. Teoria que procura explicar a situação das mulheres e elabora

permanentemente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal, capitalista, racista; como movimento, luta pela transformação social, assim como é uma atitude pessoal diante da vida. É uma teoria aberta, em construção permanente e, por isso, se fala em *feminismos*. Na América Latina, alguns grupos, como a Articulação Feminista Marcosur², assumem o carácter político de movimento antipatriarcal, anticapitalista e antirracista para orientar suas pautas de luta e sua produção teórica.

Nessa elaboração teórica continuada, uma das temáticas centrais é o estudo e análise da produção e permanência do patriarcado. Rita Segato, em seu livro *A guerra contra as mulheres*, desenvolve amplamente diversos aspectos do patriarcado, demonstrando como este é a estrutura política mais arcaica e permanente da humanidade. Penso que essa permanência se deve principalmente ao seu carácter religioso, o qual é assumido pelas crenças e valores da tradição cristã, como algo sagrado.

No artigo de Zeca, enfatizo sua capacidade de encontrar obras chaves, para todas as mulheres que vivem “*sob o signo do cristianismo*” ainda que não partilhem a fé” e lembrando-nos a afirmação de Sartre de que “*Todos somos cristãos, quer o queiramos ou não, de tal forma as sociedades ocidentais e suas culturas são modeladas pelo Cristianismo*”, vou trazer aqui alguns conteúdos das autoras escolhidas pela Zeca, a Fiorenza e a Pagels, para nos introduzir nesse carácter religioso do patriarcado.

Historicamente, é conhecida a perseguição das comunidades cristãs pelo Império Romano, até que, no decorrer deste conflituoso processo a religião católica passa a ser a religião do Império, e é em Roma que se estabelece a sede da Igreja Católica, o Vaticano, vigente até hoje.

Para Pagels: é a transformação do Cristianismo, de seita judaica dissidente em movimento popular perseguido pelo governo romano e, finalmente, em religião oficial do império, que coloca a necessidade de transformação do discurso religioso e, ao mesmo tempo, as condições de aceitabilidade dessa mudança. Assim, “o que os cristãos viam ou alegavam ver, nos três primeiros capítulos do Gênesis, mudava conforme a própria Igreja ia se transformando” (Maria José F. ROSADO-NUNES, 1992, p. 8).

² Para conhecer o trabalho da Articulação Feminista Marcosur, acesse o site: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/>

Com a conversão de Constantino e a oficialização da religião cristã, a concepção tradicional da natureza humana, dotada por Deus do dom da liberdade moral e, portanto, capaz de boas escolhas, não mais se ajustava às novas circunstâncias. Aliados do imperador, os cristãos necessitam de uma interpretação das origens que justifique a existência de um Estado cristão e de uma Igreja apoiada pelo império. A teoria de Agostinho sobre o pecado original mostra-se então politicamente oportuna, pois demonstra que, incapazes de genuína liberdade política e corrompidos sexualmente, os seres humanos, sem exceção, necessitam de um governo externo (Maria José F. ROSADO-NUNES, 1992, p. 9).

As concepções de Agostinho tornar-se-ão a herança de todas as gerações subsequentes de cristãos e influirão, pela compreensão da natureza humana que induzem, o pensamento político e psicológico do Ocidente. Pagels considera essa transformação de uma ideologia de liberdade moral naquela da corrupção universal, da servidão humana, um “cataclismo”, uma “metamorfose” de profundas consequências para a cultura ocidental (Maria José F. ROSADO-NUNES, 1992, p. 9).

Existem muitos mitos e narrativas que falam de eventos fundacionais do patriarcado, mas sem dúvida, como muitos estudos feministas e das religiões, a narrativa de Adão e Eva é considerada o fundamento essencial para a superioridade masculina e inferioridade feminina, ponto central do patriarcado com raízes cristãs.

O patriarcado, colonial moderno, descreve adequadamente a prioridade do patriarcado como apropriador do corpo das mulheres e deste como primeira colônia [...] É a estrutura política mais arcaica e permanente da humanidade [...] Não só o relato bíblico do Gênesis, mas muitos outros mitos de origem de diferentes povos que narram também esta história. No caso de Adão e Eva, o ato de comer a maçã, os retira do paraíso de prazeres irrestritos e de uma irmandade incestuosa e castiga a ambos conjugalizando-os (Rita SEGATO, 2018, pp. 17-19, tradução livre)³.

³ La expresión patriarcal-colonial-modernidad describe adecuadamente la prioridad del patriarcado como apropiador del cuerpo de las mujeres y de éste como primera colonia[...] es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad [...] No solo el relato bíblico del Gênesis, sino una cantidad inmensa de mitos origen de distintos pueblos cuentan también la misma y reconocible historia. En el caso de Adán y Eva, el acto de comerse la manzana retira a ambos de su playground edénico de placeres irrestritos y hermandad incestuosa, y castiga a ambos... conyugalizándolos.

Qualquer projeto civilizatório ou desenho de sociedade onde a visão do mundo está definida pela superioridade de um dos gêneros, o qual é detentor do poder a partir do qual subjuga o outro – no caso do patriarcado, a universalidade masculina – passa a ser “a fundação de todas as desigualdades e expropriações de valor que constroem o edifício de todos os poderes, econômico, político, intelectual, artístico etc.” (Rita SEGATO, 2018, p. 18, tradução livre)⁴.

Esta superioridade masculina, fundante do patriarcado, apresenta um caráter sagrado, ligação à tradição cristã, na qual masculinidade do Divino e a hegemonia masculina na cultura estão interligadas. Mary Daly registrou este *insight* de maneira memorável quando disse: “Se Deus é masculino, então o masculino é Deus”. As origens patriarcais da religião judaico-cristã são calcadas, fundamentalmente, sobre varões, sejam os chefes das doze tribos de Israel, sejam os doze apóstolos, alicerces do movimento cristão iniciado pelo “Filho Único do Pai”; um Deus eminentemente masculino que deu origem a esta que foi, posteriormente, transformado em instituição masculina, a Igreja Cristã, fundamentada sobre o Filho de Deus, representado na terra por Pedro e seus sucessores, os papas, e auxiliado pelos apóstolos e seus sucessores, os bispos e sacerdotes.

Pagels, trabalha o processo de evolução das idéias, especialmente as que dizem respeito à igualdade moral, à sexualidade e à natureza humana, mais do que diretamente a história do Cristianismo primitivo. Rejeitando a proposição de que as idéias não são mais do que projeções, a autora invoca o que Foucault chamou «a política da verdade»: «as percepções a partir das quais cada um age «em verdade» são estreitamente ligadas à sua posição social, política, cultural, religiosa ou filosófica» (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 9-10).

O que está em jogo é saber porque e como a tradição cristã chegou à concepção do desejo sexual como pecaminoso e à idéia da corrupção de toda a humanidade - o “pecado original” - a partir da narrativa da criação (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 8).

Pagels se pergunta: “o que presidiu a emergência dos paradigmas

⁴ El cimiento patriarcal que funda todas las desigualdades y expropiaciones de valor que construyen el edificio de todos los poderes —económico, político, intelectual, artístico, etc.

tradicionais de divisão dos sexos, tornando-os tão flagrantes e ‘naturais’ para os que a eles se conformam, que a natureza mesma parece havê-los prescrito?” E conclui que a conduta sexual ordinariamente associada à tradição cristã foi elaborada, no Ocidente, numa época bem precisa. Segundo Pagels, é somente no século IV, com Agostinho, que o ensinamento cristão tradicional sobre a liberdade, a sexualidade, o pecado e a redenção se transforma. Gênesis 1-3 havia sido interpretado até então por gerações de judeus e de cristãos, como a confirmação da liberdade humana de escolha do bem e do mal. Agostinho proporá o mesmo texto como a história da servidão humana esta mudança será “incidental mas definitiva” (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 8).

Assim como Santo Agostinho coloca as bases da teologia católica, São Tomás de Aquino desenvolve o conceito de Lei Natural, um dos princípios predominantes utilizado na teologia moral católica na continuação desse processo de construção de uma ortodoxia universal, princípios que são passados de geração em geração como verdades eternas. Junto a esse conceito de Lei Natural, se atribui também à sociedade humana a existência de *outra ordem*, além da natural, a *ordem da salvação*. Todos estes princípios descrevem de forma pormenorizada os papéis atribuídos aos homens, as mulheres e as famílias, assim como os parâmetros da sexualidade e da reprodução (Myriam A. V. SANTIN; Daian CATTANI; Elcio CECCHETTI, 2019).

Uma das contribuições maiores de Adão, Eva e a Serpente é sua tentativa de elucidação das condições históricas, sócio-culturais e ideológicas que permitiram o surgimento da multissecular vinculação das mulheres à culpa, através da figura arquetípica de Eva. Colabora, assim, para o desvendamento das construções simbólicas que contribuem para perpetuar a situação de subordinação social - e religiosa - da população feminina. Dado que a cultura ocidental foi indelevelmente moldada por concepções e valores oriundos das interpretações cristãs da Bíblia, mesmo para quem considere o Gênesis apenas uma página literária, torna-se de real importância o estudo da evolução histórica e das raízes sócio-políticas dessas idéias (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 10).

Um dos elementos que permite manter a desigualdade de gênero é o fato de manter-se ancorada na Lei Natural, na moral cristã, nos documentos e cartas das autoridades eclesiásticas como, por exemplo, a carta de João Paulo II para as Mulheres, enfatizando a complementaridade entre o homem e a mulher e como a Igreja vê a Maria como a expressão máxima do *gênio* feminino, onde as mulheres podem encontrar a fonte de contínua inspiração, quando Maria se auto definiu como a escrava do Senhor (Cristina B. SALAZAR, 2018).

Quanto ao conteúdo, o livro de Fiorenza constitui uma tentativa de recuperação feminista da “herança das mulheres”, no domínio do Novo Testamento. A autora quer fornecer elementos de resposta a duas questões: O “movimento de Jesus” foi, de fato, radicalmente igualitário? Se assim foi, como o Cristianismo se tornou tão rigidamente patriarcal? (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 7).

Para a autora, hierarquia e submissão não se constituem como partes da missão cristã primitiva e, muito menos, do discipulado de iguais” em torno de Jesus. A autora postula um método da reconstrução das origens cristãs que permita o aparecimento das mulheres como “discípulas de Jesus, com o mesmo título que os homens. As tentativas de adaptar-se à ordem patriarcal, pela assunção do modelo familiar greco-romano, ocorre quando os cristãos se tornam suspeitos de subversão política, justamente por causa de seu igualitarismo. A patriarcalização da comunidade cristã aparece, então a Fiorenza como uma estratégia de sobrevivência da Igreja dentro de uma sociedade patriarcal (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 7).

Fiorenza considera o Novo Testamento como “fonte da verdade revelada” mas também “matriz de subordinação e de dominação patriarcal”. Nesse sentido, sua afirmação é radical: Não se pode atribuir autoridade de “revelação” a escritos oriundos da tradição ou mesmo a textos bíblicos, que são opressores ou destrutivos, para as mulheres ou para qualquer outro grupo social (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 7).

O determinismo biológico, pregado pelas autoridades religiosas, embutido nas crenças que obrigam as mulheres a serem mães por natureza e não por uma escolha, na necessidade de ter que ser bela, recatada

e do lar, enfim, todos estes constructos da vida social – família, sexualidade, reprodução – estão permeados pela cultura ocidental cristã que orienta a constituição dos sujeitos e os modos de vida, principalmente levando as mulheres à submissão e culpa. Sem dúvida, a experiência da maternidade e da sexualidade, a partir desta visão, se constituem em base fundadora das desigualdades de gênero, ainda mais quando se atribui um caráter sagrado a estas concepções.

A PALAVRA DE DEUS NA BOCA DAS MULHERES

O final do século XIX é uma herança poderosa que pouco utilizamos para os debates sobre feminismo e religião. Maria José, ao trazer esta narrativa, nos alerta sobre como estas raízes contêm aspectos decisivos para compreender a maneira como a Bíblia, sendo livro sagrado, é manipulada e utilizada estrategicamente para manutenção das bases do patriarcado. Cada parágrafo da narrativa desta odisseia realizada por mulheres cristãs, transgressoras, desafiadoras, corajosas e que enfrentaram séculos de uma interpretação bíblica patriarcal, propicia elementos teórico-metodológicos chave para a compreensão de um livro sagrado a partir de outra hermenêutica, que não seja androcêntrica, sexista ou misógina. Trago aqui alguns dos trechos desta parte, para continuar com a provocação da releitura deste clássico artigo inaugural.

Em 1895 um grupo de mulheres norte-americanas lideradas por Elisabeth Cady Stanton publica *The woman's Bible*, cujo segundo volume aparecera em 1898. “Quando os que se opõem a todas as reformas não encontram qualquer outro argumento, seu último recurso é a Bíblia”, diz Stanton, em um artigo na *North American Review* “Ela tem sido interpretada em favor da Intemperança, da escravidão, da pena de morte e da sujeição das mulheres.” Em sua *Declaration of sentiments*, em 1848, na Primeira Convenção dos Direitos da Mulher, em Seneca Falls, New York, Stanton afirma: “Ele (o homem) concede-lhe (à mulher), na Igreja como no Estado, nada além de uma posição subordinada, invocando a autoridade apostólica para sua exclusão do ministério e, salvo algumas exceções, de qualquer participação nas questões da Igreja (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 10-11).

Para Stanton, a interpretação da Bíblia era, de fato, um ato político. Na sua introdução ao livro, ela define dois princípios críticos de uma

interpretação bíblica feminista. Em primeiro lugar, o de que a Bíblia não é um livro neutro, mas uma arma política e ideológica contra a luta de libertação das mulheres. E em segundo lugar, o de que isso acontece porque a Bíblia traz a marca dos homens que a escreveram e que jamais viram a Deus ou falaram com Ele (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 12).

O posicionamento de Stanton acerca da interpretação da bíblia como um ato político, pude constatar quando realizei pesquisas no Congresso Nacional sobre projetos de Lei relativos a direitos sexuais e reprodutivos, entrevistando tanto deputados, como pessoas ligadas à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que faziam *lobby* no Congresso quando tramitavam estes projetos. Nas suas argumentações em defesa da não aprovação dos mesmos, sempre eram utilizadas argumentações bíblicas ou da tradição da Igreja a que pertenciam. E, se pensamos nos argumentos da *ideologia de gênero*, estratégia utilizada hoje para a negação da categoria de *gênero*, vemos que o que a Bíblia e as autoridades eclesiais dizem são armas políticas e ideológicas para a manutenção do patriarcado e, como afirma Stanton, se colocam contra a luta de libertação das mulheres.

Apesar de sua crítica radical à Bíblia como um livro androcêntrico, Elisabeth Cady Stanton considera que esta não deve ser recuada ou aceita em bloco, como um todo, pois seus ensinamentos são variados. Certos princípios éticos e religiosos propostos na Bíblia permanecem válidos. Além disso, uma vez que “todas as reformas são interdependentes e que tudo o que é feito para estabelecer um princípio com bases sólidas, reforça todos os outros”, não se mudam as leis ou qualquer outra instituição cultural sem que se mude também a religião que reconhece na Bíblia a Escritura sagrada. Assim, uma interpretação crítica feminista é necessariamente um ato político “Se as feministas pensam que podem negligenciar uma revisão da Bíblia por haver questões políticas mais urgentes, é porque elas não reconhecem o impacto político da Escritura sobre as Igrejas, sobre a sociedade e sobre a vida das mulheres” (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p.12).



Não poderia deixar de trazer o parágrafo acima citado quando estamos falando desse diálogo e das pontes a serem estabelecidas entre feministas e feministas na religião. É um chamado atual da necessidade de não negligenciar uma aproximação da Bíblia e seu impacto político na sociedade e na vida das mulheres, sobretudo, considerando o peso da culpa que se impõe às mulheres e à sociedade como um todo, a partir das concepções de *pecado*. Reflexões a partir daí podem desvendar caminhos alternativos ou estratégias no enfrentamento à chamada *ideologia de gênero*, tão utilizada hoje no mundo ocidental cristão como a maior expressão da relação entre religião e política, na forma de um instrumento eficaz e no desenvolvimento dos discursos e práticas conservadoras assumidas por instituições religiosas políticas e sociais para a manutenção de uma ordem estabelecida, baseada na desigualdade e exclusão da diversidade e, principalmente, contra avanços nos direitos sexuais e reprodutivos.

Eis-nos, de novo, às voltas com o relato das origens. De novo, a culpa e sua imputação à Eva De novo, o mal e o bem em luta. Outra vez, Deus e sua imagem: masculino e feminino... feminino ou masculino... o totalmente outro, para além de nossas categorias? Cady Stanton enfrenta o problema. E num jogo interpretativo de Gênesis 1, 26-28, sugere uma imagem da divindade como Mãe e Pai. “Se há algum significado na linguagem, temos nestes textos uma declaração plena da existência do elemento feminino na divindade, dotado de poder e glória iguais aos do elemento masculino, A Mãe e o Pai Celestiais! ‘Deus criou o homem à sua imagem, macho e fêmea os criou ‘Assim, a Escritura, como a ciência e a filosofia, proclama a eternidade e a igualdade dos sexos (...) O versículo 27 define a imagem masculina e feminina de Deus. Como é então possível colocar a mulher num plano inferior (to make woman an afterthought)? (...) As teorias baseadas na assunção do homem como primeiro na criação não têm fundamento na Escritura” (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 13).

Penso que um dos objetivos centrais de CDD tem sido trabalhar formas de diminuir a culpa que as mulheres sentem quando decidem tomar decisões sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva, quando decidem defender sua integridade corporal, afastando-se da concepção estóica de ética que a doutrina católica herdou do estoicismo grego e



dourou com a concepção sexualizada do *pecado original*. Dessa concepção, decorre toda a condenação ao prazer, especialmente ao prazer sexual. Esta visão é reforçada pela *secundariedade/desprezo* do corpo, portador do instinto sexual, tolerado somente em vista da reprodução, e esta, tolerada porque se orienta a cumprir uma ordem divina: *crescei e multiplicai-vos*.

Comparando os dois relatos das origens presentes no Gênesis, os comentários propõem uma nova visão da criação. A ênfase recai sobre o primeiro relato (Gn.1, 26-28), em que o domínio da Terra é atribuído às mulheres como aos homens e nada é dito sobre uma possível submissão de um sexo a outro. O segundo texto (Gn. 2,21-25) é considerado em desacordo com o senso comum, com a própria Escritura e com a ciência, já que propõe, contra as leis naturais, que a mulher nasceu do homem. A afirmação da primazia do homem na criação traz como consequência a proposição de sua capacidade e de seu direito a dirigir e dominar a mulher. A única razão invocada para a criação de Eva é a solidão do primeiro homem. No entanto, diz o comentário de Stanton, uma vez que, de fato, são os homens que nascem das mulheres, devem eles ser submissos a elas? (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 14).

Também a associação das mulheres ao pecado é discutida. Em termos surpreendentes, Cady Stanton reverte a posição de Eva, no relato da ‘queda’: “Nosso maior interesse, porém, é quanto à parte da mulher nesse drama. Quer se trate de um mito, de uma alegoria, ou de um acontecimento histórico no qual ela é a heroína, sua atitude nos agrada. Nessa prolongada entrevista (com a serpente) o leitor não preconceituoso ficará impressionado com a coragem, a dignidade e a nobre ambição da mulher. O tentador tinha, evidentemente, um conhecimento profundo da natureza humana, e viu, num relance, o caráter da pessoa que ele conheceu por acaso, em seu passeio pelo jardim. Ele não tentou desviá-la do caminho do dever com jóias brilhantes, ricos vestidos, com luxo ou prazeres mundanos. Ele tentou com a promessa do conhecimento, com a sabedoria dos deuses (...) esta mulher que não se satisfazia com o simples prazer de colher flores e falar com Adão” E termina. “Comparada com Adão, ela aparece em grande vantagem, através de todo o drama” (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 14).

Uma das riquezas deste artigo é que a Maria José recupera nesta ocasião, obras inéditas, onde a prática política de diversas pensadoras da religião, enfrentam o patriarcado, como Sor Juana Ines de la Cruz, do século XVII que decide tornar-se religiosa, por ser essa a única maneira de dedicar-se ao estudo: “*Sor Juana, traz, porém, vaidosamente escondida sob os mantos da religião a cicatriz do desejo subversivo do conhecimento*” (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 15).

A LUTA CONTINUA

Religião e feminismo, dois dos eixos centrais dos trabalhos da Zeca, se manifestam neste artigo com uma visão crítica, a qual continua até os dias de hoje nos seus diversos escritos. Um deles, por exemplo, é o texto “*Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível*”, de 2017, publicado na *Revista Estudos de Religião*. Uma das considerações finais que Zeca sinaliza é um certo descompasso entre o feminismo e as produtoras de uma teologia. Ela afirma:

Mesmo ao nível das relações com o Feminismo latino-americano, uma espécie de descompasso se revela. O diálogo com feministas é recente, no Brasil ao menos. Apenas começam a ser organizados espaços de discussão entre produtoras de Teologia e mulheres engajadas na elaboração de um pensamento feminista. Esse desencontro, aliás, remete à história das lutas feministas no país e àquela das mulheres na instituição eclesial católica, no caso. Essas histórias correram aparentemente paralelas e, quando se cruzaram, foi em situações conflitivas. No caso das mulheres católicas, o campo das feministas não era o ‘seu’ campo (Maria José F. ROSADO NUNES, 2017, p. 28).

Nessa caminhada de *histórias paralelas e cruzamentos*, Maria José nos apresenta o inigualável valor da obra “*The Woman’s Bible*” e nos incentiva a aproveitar essa herança nas lutas de hoje:

Não cabe aqui avaliar os comentários de *The Woman’s Bible*, do ponto de vista da exegese bíblica, E nem mesmo interessa discutir as propostas políticas destas mulheres, em relação ao pensamento e à prática atual dos diferentes grupos feministas, Relevante nesse olhar para a atuação e para os textos que produziram essas cristãs liberais do século passado, é o reconhecimento de que nossa luta vem de longe

É o reconhecimento dessa nossa herança, que desmistifica o discurso da submissão e da passividade das mulheres em face da dominação de que foram e de que continuam a ser, sem dúvida, vítimas. Em outros termos, o importante é o que a sua história revela a respeito do que está em jogo, de fato, nessa tão antiga questão da mulher. O gênero, as relações sociais que se tecem entre os sexos - relações de poder - dizem respeito a toda a sociedade e a todas as suas instituições, inclusive as religiosas. Desvendá-las, deixando aparecer a resistência das mulheres, tanto quanto o jogo de sua opressão, é resgatar essa nossa preciosa herança e fazer dela incentivo para a luta hoje (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p.14).

A violência de gênero causa indignação e atinge a toda a sociedade, sendo a incubadora de todas as outras formas de violência. Como disse Zeca, Fiorenza traz este aspecto numa ilustração da força da denúncia:

“Como podemos designar o pão eucarístico e dizer ‘isto é meu corpo’ quando os corpos das mulheres são espancados, violentados, esterilizados, mutilados, prostituídos e utilizados com finalidades machistas? Como podemos proclamar ‘reciprocidade com os homens no corpo de Cristo, quando os homens restringem e negam nossa liberdade reprodutiva e nossa responsabilidade moral? como no passado, ainda hoje os homens fazem suas guerras sobre o campo de batalha de nossos corpos. Fazem de nós o alvo de sua violência espiritual ou física.’ A ekklesia das mulheres’ deve pois restabelecer o corpo das mulheres como ‘a imagem e o corpo de Cristo’”. Deve denunciar, como sacrílega, toda violência contra as mulheres e reafirmar o poder moral das mulheres e sua capacidade de tomar decisões, em relação a todo o que diz respeito à sua vida espiritual, que engloba o corpo e a alma, o coração e as entranhas” Fiorenza (1992, Pag 477) (Maria José F. ROSADO NUNES, 1992, p. 8).

A luta continua, e que possamos encontrar frestas onde o pão compartilhado, com horizonte de justiça, nos alimente nestas buscas por uma vida mais digna para todos.

Concepções essencialistas/biologizantes, descoladas das condições concretas da vida humana de milhões de pessoas com necessidades sexuais básicas e vivendo em situações infra-humanas, impedem o exercício responsável da sua vida sexual. Esse é um dos aspectos pelos



quais a compreensão tradicional do princípio absoluto, emanado da lei natural, de Deus Pai, da tradição bíblica, dos Padres da igreja, do Magistério da Igreja Católica ou de outras fontes de autoridade patriarcal que se outorgaram um poder sobre as consciências, tem que ser combatida, sobretudo quando se trata da vida das mulheres.

A relação entre feminismo e religião é complexa. As duas se necessitam e a imbricação entre elas supõe avanços, recuos e, principalmente, o fato de poder contar com pensadoras, militantes, que concebem a importância deste desafio na luta pela identificação das formas de opressão, de como compreendê-las e encontrar formas de erradicá-las. Uma das referências, neste desafio, em nível nacional e internacional é Maria Jose F. Rosado Nunes, a Zeca. Ao longo dos seus anos na produção teórica e em sua militância, nas manifestações públicas em foros nacionais, internacionais e no próprio Congresso Nacional brasileiro, não somente na equipe CDD, mas no mundo acadêmico, Zeca tem propiciado, para inúmeras comunidades e movimentos sociais, uma visão crítica e cheia de posicionamentos políticos bem definidos que culminam na luta pela conquista da autonomia e cidadania das mulheres e da população LGBTQ+.

REFERÊNCIAS

ROSADO NUNES, M. J. F. De mulheres e de deuses. **Estudos Feministas**, n. 0, 1995, pp. 5-30.

ROSADO NUNES, M. J. F. Feminismo, gênero e religião: os desafios de um encontro possível. **Estudos de Religião**, v. 31, 2017, p. 65-76.

SALAZAR, Cristina Burneo. Ecuador: La fabricación de la “ideología de género”. In: VÉLEZ, Ana Cristina Gonzáles et al (orgs). **Develando la retórica del miedo de los fundamentalismos: La campaña “Con mis hijos no te metas” en Colombia, Ecuador y Perú**. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristan, 2018, pp 59-90.

SANTIN, Myriam Aldana Vargas; CATTANI, Daian; CECCHETTI, Elcio. Gênero e religião: disputas políticas na construção do Plano Municipal de Educação de Chapecó/SC. **Revista Pedagógica**, v. 21, 2019, pp. 306-320.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

Submetido em: 17-8-2020

Aceito em: 5-11-2020